

FUCAPE FUNDAÇÃO DE PESQUISA E ENSINO

MARINEIDE PINTO DA SILVA GODOY

**ESTRATÉGIA ORÇAMENTÁRIA DOS INSTITUTOS FEDERAIS
BRASILEIROS: a relação entre contingenciamento e *carry-over***

**VITÓRIA
2021**

MARINEIDE PINTO DA SILVA GODOY

**ESTRATÉGIA ORÇAMENTÁRIA DOS INSTITUTOS FEDERAIS
BRASILEIROS: a relação entre contingenciamento e *carry-over***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Fucape Fundação de Pesquisa e Ensino, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis – Nível Profissionalizante

Orientador: Prof. Dr. Gercione Dionizio Silva.

**VITÓRIA
2021**

MARINEIDE PINTO DA SILVA GODOY

**ESTRATÉGIA ORÇAMENTÁRIA DOS INSTITUTOS FEDERAIS
BRASILEIROS: a relação entre contingenciamento e *carry-over***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Fucape Fundação de Pesquisa e Ensino, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Aprovada em 23 de junho de 2021.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. GERCIONE DIONIZIO SILVA
Fucape Fundação de Pesquisa e Ensino

Profa. Dra. SILVANIA NERIS NOSSA
Fucape Fundação de Pesquisa e Ensino

Prof. Dr. OLAVO VENTURIM CALDAS
Fucape Fundação de Pesquisa e Ensino

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus por me permitir dar mais um passo em direção ao conhecimento.

Aos meus pais Luzinete Pinto da Silva e João Domingos da Silva (in memoriam) pelo amor, e pela dedicação à família.

Ao meu esposo, Joselito Godoy de Barros, e a minha filha, Rebecca Pinto da Silva Godoy, pelo carinho, paciência e incentivo nos momentos mais difíceis.

Aos meus parentes e amigos pelas palavras de apoio e carinho.

Aos meus professores orientadores, Prof. Dr. Diogo Rodrigues Boente, por me orientar durante o desenvolvimento deste trabalho até a qualificação e ao Professor Dr. Gercione Dionizio Silva que me conduziu até a defesa.

Aos colegas de turma pelo companheirismo e aprendizados, em especial à Simony Maria Reis de Rocha Maia e ao Jaelson Graciliano dos Santos, que tornaram essa jornada mais leve.

“Agir, eis a inteligência verdadeira. Serei o que quiser. Mas tenho que querer o que for. O êxito está em ter êxito, e não em ter condições de êxito. Condições de palácio tem qualquer terra larga, mas onde estará o palácio se não o fizerem ali?”

Fernando Pessoa

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo analisar os efeitos do contingenciamento no gerenciamento dos orçamentos entre anos através do mecanismo de restos a pagar (*carry-over*) nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Para isso, foi realizada pesquisa quantitativa com dados secundários, coletados no período de 2015 a 2019. Na análise proposta foram utilizados teste de média *t* pareados, regressão com dados em painel com estimador de efeito fixo e regressão *Logit*. Os resultados do teste de média *t* pareado, mostraram que as despesas empenhadas no quarto trimestre foram menores do que a média das despesas empenhadas nos três trimestres anteriores. Já as despesas empenhadas pagas no quarto trimestre foram maiores do que a média das despesas empenhadas pagas nos três trimestres anteriores. Evidenciando que os grupos são diferente. Os resultados mostraram que um aumento da proporção contingenciada em relação ao orçamento levou ao crescimento da variação dos restos a pagar inscritos entre anos. Os resultados também evidenciaram que a proporção contingenciada em relação ao orçamento aumenta a probabilidade de os valores empenhados no quarto trimestre serem maiores do que a média das despesas empenhadas nos meses anteriores.

Palavras-chave: princípio da anualidade; contingenciamento; estratégia de *carry-over* via restos a pagar e indicadores de gestão.

ABSTRACT

This research aims to analyze the effects of contingency on budget management between years through the carry-over mechanism in the Federal Institutes of Education, Science and Technology. For this, a quantitative research was carried out with secondary data, collected in the period from 2015 to 2019. In the proposed analysis, paired t test, regression with panel data with fixed effect estimator and Logit regression were used. The results of the paired t-average test showed that committed expenses in the fourth quarter were lower than the average committed expenses in the previous three quarters. The committed expenses paid in the fourth quarter were higher than the average committed expenses paid in the previous three quarters. Showing that groups are different. The results also showed that an increase in the contingent proportion in relation to the budget led to an increase in the variation of the Remaining Balance entered between years. The results also showed that the contingent-to-budget ratio increases the likelihood that the amounts committed in the fourth quarter will be greater than the average committed expenditures in previous months.

Keywords: annuality principle; contingency; carry-over strategy via Remaining Balance and management indicators.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Evolução do contingenciamento do poder executivo – 2010 a 2017.....	21
Tabela 2: Descrição das variáveis utilizadas nos modelos econométricos	29
Tabela 3: Estatística descritiva das variáveis dos ifs no período de 2015 a 2019.....	32
Tabela 4: Matriz de correlação entre das variáveis	36
Tabela 5: Resultado do teste de média da hipótese 1: o montante empenhado das despesas do quarto trimestre é superior ao montante médio pago das despesas dos três trimestres ao dos três trimestres anteriores.	38
Tabela 6: Resultado do teste de média da hipótese 2: o montante pago das despesas empenhadas no quarto trimestre é superior ao montante médio	39
Tabela 7: Resultados da regressão linear com dados em painel.....	40
Tabela 8: Resultados das regressões logística com dados em painel	42

SUMÁRIO

Capítulo 1.....	9
1 INTRODUÇÃO	9
Capítulo 2.....	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1 ESTRATÉGIA <i>CARRY-OVER</i> VIA RESTOS A PAGAR	14
2.2 PRINCÍPIO DA ANUALIDADE ORÇAMENTÁRIA	16
2.3 ESTRATÉGIA DO CONTINGENCIAMENTO DO ORÇAMENTO PÚBLICO	19
Capítulo 3.....	23
3 METODOLOGIA.....	23
3.1 TIPOLOGIA, POPULAÇÃO, AMOSTRA E COLETA DE DADOS	23
3.2 TESTE ESTATÍSTICO T PARA AMOSTRAS PAREADAS.....	24
3.3 ANÁLISE DE REGRESSÃO	24
3.3.1 Definição de indicadores utilizados nos modelos de regressão .	27
Capítulo 4.....	31
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	31
4.1 ESTATÍSTICA DESCRITIVA	31
4.2 ANÁLISE DA CORRELAÇÃO ENTRE AS VARIÁVEIS DAS REGRESSÕES	34
4.3 TESTE <i>T</i> PARA AMOSTRAS PAREADAS	38
4.4 ANÁLISE DOS RESULTADOS DAS REGRESSÕES	39
Capítulo 5.....	46
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS.....	48

Capítulo 1

1. INTRODUÇÃO

Na economia mundial e nacional, desde o início do século XX, tem se observado uma série de medidas e imposições contingenciais e de controle dos gastos públicos (Liebman & Mahoney, 2017; Hyndman, Jones, & Pendlebury, 2007; Galhardo, Parisi, Pereira, & Silva, 2013).

Segundo Parisi, Galhardo, Pereira e Silva (2011), o contingenciamento é um mecanismo de controle que restringe a execução do gasto orçamentário, limitando a emissão de empenho e a movimentação financeira. No entanto, dado o período de contingenciamento, o tempo disponível para execução das despesas se torna escasso. Essa escassez, por sua vez, induz à uma corrida para gastar o montante liberado, o que pode gerar ineficiência dos gastos públicos (Alves, 2011; Liebman & Mahoney, 2017).

Neste contexto, a pressa para executar o orçamento liberado pode gerar uma quantidade alta de empenhos emitidos no final do ano (Alves, 2011). Feijó, Pinto e Mota (2008) ressaltam que as despesas empenhadas e não pagas até o término do exercício são inscritas em Restos a Pagar. O Art. 36 da Lei nº 4320/1964, determina que os Restos a Pagar são as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas (BRASIL, 1964). O uso de Restos a Pagar é uma ferramenta de transporte de créditos e débitos entre períodos, conhecido como *carry-over* ou déficit *carry-over*.

Logo, o *carry-over* é o gerenciamento das despesas empenhadas que são pagas no exercício seguinte (Aquino & Azevedo, 2017).

Segundo Carvalho (2014) e Camargo (2014), os Restos a Pagar é uma ferramenta que dá condições de flexibilização do princípio da anualidade, por autorizarem a liquidação e o pagamento de despesas no ano subsequente à sua autorização. Segundo Luna (2018), os restos a pagar promovem a flexibilidade do princípio da anualidade transportando dotação aprovada em um exercício para o outro, desde que a despesa tenha sido empenhada. Por outro lado, Furiati (2011) ressaltou que a inscrição em restos a pagar tem permitido a criação de uma espécie de orçamento paralelo nos exercícios seguintes.

Corbucci (2007) destacou, por exemplo, que os gastos do Ministério da Educação com as Instituições Federais no decorrer dos anos têm evidenciado forte contingenciamento orçamentário, tanto na expansão quanto na manutenção dessa rede de ensino. Os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia - IFs, foram criados pela Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008 e têm como objetivo ofertar ensino público de qualidade, essencialmente na área profissionalizante e tecnológica, possuem autonomia administrativa e patrimonial. (Pacheco, Pereira & Sobrinho, 2010). Os IFs são dependentes do governo federal, isto é, seus orçamentos são custeados com recursos da União conforme Decreto 7.313/2010.

Diversos estudos falam do contingenciamento do orçamento público sobre a execução da despesa, dentre eles, os dos autores: Parisi, Galhardo, Pereira e Silva (2011); Galhardo, Parisi, Pereira e Silva (2013); Almeida (2016). Já outros, como Carvalho (2014); Camargo (2014); Aquino e Azevedo (2017); Luna (2018) e Vasconcelos (2018) abordaram os restos a pagar. E outros pesquisadores, tais como: Lienert e Ljungman (2009) e Alves (2011) abordaram sobre o *carry-over*. No entanto, não foram verificados estudos que analisassem o efeito do contingenciamento sobre

o *carry-over* via restos a pagar. Este estudo procura preencher esta lacuna na literatura brasileira, com o diferencial de mensurar essa relação através de modelos econométricos.

Isto posto, pode-se levantar a seguinte questão: De que maneira o contingenciamento do orçamento afeta o montante inscrito em restos a pagar?

O contingenciamento da despesa orçamentária pode afetar a eficiência do gasto público na educação, pois induz a inscrição das despesas empenhadas em restos a pagar, o detrimento do princípio da anualidade, aumento do endividamento, a diminuição da transparência e da credibilidade orçamentária (Aquino & Azevedo, 2017).

Ademais, é importante destacar a importância do contingenciamento e dos restos a pagar para execução do orçamento, visto que a pressa para gastar acaba gerando ineficiência nas compras e na prestação de serviços à sociedade (Alves, 2011). Com o objetivo de obter resultados primários positivos, são realizados controles dos gastos, contingenciando a despesa orçamentária, conduzindo dessa forma a execução para o final do exercício, causando um efeito de rolagem de despesas orçamentária por meio dos Restos a pagar para o exercício seguinte (Alves, 2015).

O objetivo desta pesquisa foi identificar os efeitos do contingenciamento do orçamento nos restos a pagar nos IFs. Especificamente, será analisado se a proporção do valor contingenciado em relação ao orçamento afeta a probabilidade de adoção do *carry-over* pelos IFs e, também, a variação dos valores inscritos em restos a pagar.

Verificar se devido a liberação do orçamento que estava contingenciado se as despesas empenhadas no quarto trimestre foram maiores do que as despesas médias

empenhadas nos três trimestres anteriores e, também em relação ao pagamento, se os valores das despesas empenhadas pagas no quarto trimestres foram maiores do que média das despesas empenhadas pagas nos três trimestres anteriores. Para testar foi utilizado um teste de comparação de médias para verificar se os grupos são diferentes ou não. Em seguida, foram realizadas uma regressão linear com dados em painel e efeitos fixos e uma regressão logit com dados em painel. O primeiro modelo busca determinar se a proporção contingenciada em relação ao orçamento está positivamente a variação percentual dos restos a pagar inscritos. Já o segundo modelo busca determinar se a proporção contingenciada em relação ao orçamento aumentar a probabilidade de os valores empenhados no quatro trimestre serem maiores que despesas médias empenhadas nos trimestres anteriores.

A amostra se limita aos 38 Institutos Federais do País, no período de 2015 a 2019, e os dados serão retirados dos sites Siga Brasil, Secretaria de educação Profissional e Tecnológica (SETEC), Instituto Fiscal Independente (IFI) e Plataforma Nilo Peçanha, Escavador. O estudo almeja contribuir com informações que otimizem a gestão orçamentária-financeira dos IFs, enquanto entidades educadoras, fornecendo, assim, um suporte mais embasado e estruturado aos seus gestores e, também, possibilitando à sociedade conhecer melhor o trâmite deste importante processo.

Os resultados do teste de média mostraram que as despesas empenhadas no quarto trimestre foram menores do que as despesas empenhadas nos três trimestres anteriores. Observou-se também que as despesas empenhadas pagas no quarto trimestre foram maiores as despesas médias empenhadas nos três trimestres anteriores. Logo, os grupos são diferentes. Os resultados evidenciaram que um

aumento da proporção contingenciada em relação ao orçamento levou ao crescimento da variação percentual dos restos a pagar inscritos entre os anos. Os resultados mostraram também que a proporção contingenciada em relação ao orçamento aumenta a probabilidade de os valores empenhados no quarto trimestre serem maiores que as despesas médias empenhadas nos três trimestres anteriores.

Capítulo 2

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. ESTRATÉGIA *CARRY-OVER* VIA RESTOS A PAGAR

Conforme apresentado, o *carry-over* surge como estratégia de gerenciamento e execução em um ambiente para permitir melhor planejamento das despesas públicas, limitando a execução excessiva de despesas no final do exercício Lienert e Ljungman (2009). Segundo Alves (2011), o *carry-over* possibilita a obtenção de ganhos de eficiência, pois ele evita a correria para se gastar no final do exercício e proporcionaria um planejamento melhor para o gestor avaliar o melhor momento para gastar com eficiência. Segundo Aquino e Azevedo (2017), no Brasil, a estratégia de *carry-over* é determinada pelo uso da conta de restos a pagar. Conforme o artigo 36 da Lei 4.320/1964 (BRASIL, 1964), os restos a pagar referem-se as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro, classificando-se as processadas das não processadas.

Segundo Fortes (2011) os Restos a Pagar processadas - RPP são aquelas despesas empenhadas e liquidadas, ou seja, o bem ou o serviço equivalente já foi entregue. Já os Restos a Pagar não Processadas - RPNP são aquelas despesas que foram empenhadas, mas não foram liquidadas, o material não foi entregue ou o serviço não foi prestado (Fortes, 2011). O *carry-over* é o resultado do uso dos restos a pagar que ao carrear valores entre os exercícios orçamentários, frustra a gestão do equilíbrio orçamentário e a transparência do resultado fiscal (Aquino & Azevedo, 2017).

Segundo Aquino e Azevedo (2017) são quatro formas de estratégia de *carry-over* presentes no Brasil, das quais se destacam aquelas que tratam dos Restos a Pagar, Processados e não Processados. Ainda de acordo com Aquino e Azevedo (2017), os Restos a Pagar desafiam o regime fiscal porque ambos são executados no exercício seguinte, fora do orçamento regular, chamado de orçamento paralelo, em particular os Restos a Pagar não Processados são os mais problemáticos pois não circula no orçamento do exercício. (Aquino et al., 2017).

Aquino e Azevedo (2017) destacam que a regulação atual e o baixo controle do *carry-over* via restos a pagar possuem como efeitos colaterais o crescimento do endividamento, a perda do princípio da anualidade, a redução da transparência e da credibilidade orçamentárias. Além disso, o uso indevido desse mecanismo pode gerar empenhos de itens desnecessários para as instituições, e que pode caracterizar má gestão das compras públicas (Camargo, 2014).

Segundo Furiati (2011) e Alves (2015) a inscrição em restos a pagar tem relação com o contingenciamento da despesa, pois no início do exercício há um corte no orçamento, e que no final do exercício é transformado em restos a pagar. No entendimento de Carvalho (2014), os restos a pagar é uma consequência do excesso de dotação orçamentária fixada.

Carvalho (2014) destaca que os restos a pagar consistem em empenhar uma despesa para o período seguinte, o que confere ao orçamento qualidade plurianuais. Segundo Cavalcanti (2018), a inscrição em restos a pagar (ou do *carry-over*) tendem a ser motivada pela necessidade do cumprimento do resultado fiscal primário e pelo contingenciamento que engessa a execução orçamentária.

Alves (2011) destacou que na execução dos gastos discricionários, na esfera dos três Poderes e do Ministério Público da União, foi constatado uma quantidade de empenhos emitidos no último trimestre dos exercícios, esses gastos foram executados via contratações diretas, pois devido à escassez de tempo para empenhar, o dirigente não tem tempo hábil para fazer os procedimentos licitatório. Então neste contexto, Alves (2011) propôs um mecanismo de *carry-over* que se adéque as necessidades do Brasil, levando em consideração as despesas discricionárias, em particular os investimentos, que elevam volume inscrito em restos a pagar no último trimestre dos exercícios.

2.2. PRINCÍPIO DA ANUALIDADE ORÇAMENTÁRIA

Conforme exposto o princípio da anualidade refere-se a um período de tempo determinado que é autorizado pelo Legislativo para a execução do orçamento público (Giacomoni, 2012). Segundo Giacomoni (2012), o princípio da anualidade está respaldado nos artigos. 2º e 34 da Lei nº 4.320/1964, este último determina que o exercício financeiro corresponde com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro. O princípio da anualidade orçamentária define que o orçamento público seja elaborado e aprovado anualmente, incluindo a previsão das receitas que serão arrecadas e das despesas que serão executadas no período de um ano (Fortes, 2011; Giacomoni, 2012; Vasconcelos, 2018).

No setor público, o princípio da anualidade exige que o orçamento público seja executado durante um período, um exercício financeiro (Fortes, 2015). O contingenciamento aliado ao princípio da anualidade impõe ao gestor a perda de dotações orçamentárias que não foram usadas, pois no término do exercício

financeiro há uma corrida desenfreada para se gastar o orçamento liberado, levando ao aumento das inscrições em restos a pagar (Hyndman, Jones, & Pendlebury, 2007; Alves, 2015).

Notadamente, é importante observar que face à dificuldade de se executar o orçamento dentro do prazo estabelecido de um ano, os órgãos em alguns casos utilizam a conta de restos a pagar (Vasconcelos, 2018 e Luna, 2018). Nesta conta são inseridas as despesas que foram empenhadas, mas não foram pagas dentro do período de um ano (Vasconcelos, 2018; Luna, 2018).

Para Hyndaman et al. (2007), o princípio da anualidade tem como consequência o incentivo aos gestores a não pouparem recursos e a execução acelerada do orçamento no final do exercício. Pelo exposto, verifica-se que a anualidade pode levar à execução desenfreada do orçamento pelos entes públicos (Hyndman et al., 2007 e Alves, 2011). Além disso, esta pode acarretar na perda do orçamento atual e na limitação futura deste (Carvalho, 2014). Segundo Libman e Mahoney (2017), este fenômeno é conhecido como *use it or lose it* (use-o ou perca-o). Alves (2011), por sua vez, destaca que este fenômeno induz ao uso ineficiente do orçamento público.

De modo geral, observa-se que os empenhos emitidos no final do exercício financeiro geram gastos ineficientes, desnecessários (Alves, 2011; Liebman & Mahoney, 2017). Segundo Hyndman et al., (2007), as despesas tardias não devem ser associadas a ineficiência e ao desperdício de recursos, porque os governantes também podem aguardar as demandas do exercício financeiro para depois executar seu orçamento. Alves (2011) por sua vez, argumenta que o princípio da anualidade

perdeu defensores por engessar a gestão dos recursos financeiro, gerar ineficiência do gasto e desperdício.

Segundo Carvalho (2014), a corrida desenfreada para gastar as dotações orçamentárias no final do exercício gera contratações mal definidas, restringe a competição e inflar os preços, levando à aquisição de bens e serviços que são considerados de baixa prioridade apenas para gastar o orçamento. O mesmo foi constatado por Liebman e Mahoney (2017), em estudo realizado com órgãos governamentais americanos que evidenciaram que os gastos nas últimas semanas do ano foram quase cinco vezes maiores que as médias semanais no decorrer do resto do ano, e também foi evidenciado a baixa qualidade nas contratações de final de ano. De acordo com Hyndaman, Jones e Pendlebury (2007) e Liebman e Mahoney (2017), essa correria para executar as dotações orçamentárias, também conhecida por *hurry up*, vai contra a eficiência e a efetividade do uso dos recursos públicos.

Liebman e Mahoney (2017) destacam que o princípio da anualidade pode ser flexibilizado com o propósito de impedir aumentos de gastos no final da execução orçamentária. Isso ocorreu no Estado de Oklahoma, nos Estados Unidos, pois, a política adotada pelas agências permite que possam carrear e reprogramar os excedentes no final do exercício, desde que sejam gastos dentro de 16,5 meses após o final do ano fiscal (Douglas & Franklin, 2006).

Então, com base no efeito da liberação do orçamento que foi contingenciado no início do exercício e no cumprimento do princípio da anualidade de que todo o orçamento seja executado até o término do exercício, surge a primeira hipótese:

H₁: O montante empenhado das despesas do quarto trimestre é superior ao montante médio das despesas empenhadas nos três trimestres anteriores.

Considerando que com a liberação do orçamento que estava contingenciado também é liberado o recurso financeiro para o pagamento das despesas que estavam liquidadas, surge então a segunda hipótese:

H₂: O montante pago das despesas do quarto trimestre é superior ao montante médio das despesas empenhadas pagas nos três trimestres anteriores.

2.3. ESTRATÉGIA DO CONTINGENCIAMENTO DO ORÇAMENTO PÚBLICO

A estratégia de contingenciamento possibilita que diante da insuficiência de arrecadação de receitas, nos primeiros meses de cada exercício, o governo federal possa emitir decreto de contingenciamento para conter os gastos públicos (Galhardo et al., 2013). Segundo Parisi et al. (2011), o contingenciamento é um mecanismo que tem como objetivo restringir a execução orçamentária e financeira das despesas, no decorrer do exercício.

Segundo o Portal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (BRASIL, 2019), o contingenciamento provoca o retardamento e também a inexecução parcial da programação de despesa prevista na Lei Orçamentária devido à escassez na arrecadação de receitas. Segundo Parisi et al. (2011), no Brasil, esse mecanismo de contingenciamento orçamentário está previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) nº 101/2000. Segundo Parisi et al. (2011), a regra do contingenciamento está claramente vinculada à apuração periódica bimestral do risco de não se cumprir a meta fiscal prevista. Havendo aumento de arrecadação das receitas, os poderes estariam obrigados a restabelecer as dotações que foram

contingenciadas condizente aos cortes até então realizados, conforme o § 1º do art. 9º da LRF.

Almeida (2016) destaca que o contingenciamento incidirá sobre as despesas discricionárias pertencentes ao grupo de Natureza da Despesa (GND) Outras Despesas Correntes, Investimento e Inversões Financeiras, e, por não estarem vinculadas a obrigações legais da união e constitucionais, são passíveis de contingenciamento. Ainda Segundo Almeida (2016), as despesas discricionárias permitem aos gestores poder de decisão para alocá-las com maior flexibilidade sobre sua aplicação e liquidação. Santos (2010), argumentou que os montantes inscritos em Restos a Pagar não processados de 2001 a 2009 referente aos Grupo de Natureza de Despesa (GND) Outras Despesas Correntes, Investimentos e Inversões Financeiras correspondem a 94% do total inscrito, o que determina um alto grau de discricionariedade pelos ordenadores de despesas.

No final do exercício as dotações orçamentárias são liberadas gerando uma corrida para se empenhar as despesas, essa corrida gera uma concentração de empenhos no último trimestre, esses empenhos não sendo pagos até o dia 31 de dezembro serão inscritos em restos a pagar (Alves, 2011). O autor observou que na execução orçamentária financeira das despesas discricionárias consta elevada concentração de empenhos no último trimestre do ano. Um exemplo de parte da evolução desse mecanismo no Brasil encontra-se na Tabela 1.

A Tabela 1 apresenta um quadro histórico com os valores do contingenciamento programado pelo Poder executivo entre o período de 2010 a 2017, aplicados no início de cada exercício. Inicialmente com o valor nominal de R\$ 21,5 bilhões, em 2010, alcançando o valor máximo, no intervalo, de quase R\$ 70 bilhões, em 2015 (IFI, 2017).

TABELA 1: EVOLUÇÃO DO CONTINGENCIAMENTO DO PODER EXECUTIVO – 2010 A 2017

DESCRIÇÃO	Valores nominais (R\$ bilhões)	Valores a preço de 2017 (R\$ bilhões)	Como % PIB	Como % despesas primárias da LOA	Como % despesas discricionárias
2010	21,5	33,6	0,60%	3,10%	17,30%
2011	36,2	53,1	0,80%	4,70%	26,50%
2012	35	48,8	0,70%	4,00%	22,40%
2013	22,3	29,2	0,40%	2,30%	12,90%
2014	30,5	37,6	0,50%	2,90%	10,01%
2015	69,9	79,1	1,20%	6,00%	36,80%
2016	23,4	24,3	0,40%	2,00%	17,70%
2017	41,6	41,6	0,60%	3,10%	27,70%
MÉDIA	-	43,4	0,70%	3,50%	21,40%

Fonte: RAF – Relatório de Acompanhamento Fiscal/IFI (maio/2017)

Quanto aos valores contingenciados das despesas primárias e discricionárias, o maior bloqueio ocorreu em 2015, com um contingenciamento de quase 37% das despesas discricionárias e 6% das despesas primárias (IFI, 2017). Assim, o ano de 2015 teve grande relevância na evolução do contingenciamento, sendo apontado no MPOG (2015) como tendo o maior volume contingenciado já realizado desde a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, tanto em valor quanto em % do PIB.

O corte de recursos orçamentários tem sido intenso e recorrente no Brasil. Como já mostrado anteriormente, o chamado “contingenciamento” constitui importante mecanismo para o alcance da meta de resultado primário, mas também, resulta em implicações sobre a programação de gastos por meio de alteração da alocação inicialmente prevista na lei orçamentária (IFI, 2017).

Isto posto, observou-se que a liberação do orçamento que tinha sido contingenciado obriga o gestor a executá-lo até o final do exercício para não o perder e as despesas empenhadas que não pagas até o término do exercício são inscritas em restos a pagar. Surge a terceira hipótese:

H₃: A proporção contingenciada em relação ao orçamento afeta positivamente variação percentual dos restos a pagar inscritos nos Institutos Federais brasileiros.

A liberação do orçamento contingenciado e da execução financeira obriga os órgãos a uma corrida desenfreada para executá-los até o término do exercício financeiro. Surge então a quarta hipótese:

H₄: A proporção contingenciada em relação ao orçamento aumenta a probabilidade de os valores empenhados no quarto trimestre serem maiores que a média das despesas empenhados nos três trimestres anteriores.

Capítulo3

3. METODOLOGIA

3.1. TIPOLOGIA, POPULAÇÃO, AMOSTRA E COLETA DE DADOS

Esta pesquisa é classificada como aplicada, pois, segundo Prodanov e Freitas (2013), tem como objetivo gerar conhecimentos úteis dirigidos à solução de problemas específicos. E, também, classificada como quantitativa, pois, de acordo com Mattar (2001), procura a validação das hipóteses através do uso de dados estruturados, estatísticos, com análise de casos representativos e descritiva. Gil (2008) afirma que a finalidade das pesquisas descritivas é descrever as características da população ou fenômeno, dentre elas a mais significativas ocorre quando do uso de coleta de dados, ou a determinação de correlação entre variáveis.

A pesquisa foi realizada por meio de dados extraídos dos sites do Siga Brasil do Senado Federal, para dados da execução orçamentária e financeira; da REDE Federal da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC, na Plataforma Nilo Peçanha, na procura pelos indicadores de desempenho escolar; do Instituto Fiscal Independente - IFI para buscar os percentuais de contingenciamento, nos Relatório de Gestão dos Institutos Federais para coletar dados referente a quantidade de técnico administrativo, no escavador, nos sites dos Institutos Federais para coletar as formações dos gestores e o IBGE para coletar os dados do PIB por estado.

A amostra desta pesquisa é composta por 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que estão presentes em todos os estados brasileiros, em relação as demais instituições educacionais do país possuem um modelo educacional

único, atuando em diversos níveis de educação e reúnem ensino, pesquisa e extensão. Totalizando 190 amostras, evidenciando que o período estudado foi de 2015 a 2019.

3.2. TESTE ESTATÍSTICO T PARA AMOSTRAS PAREADAS

Com base no objetivo dessa pesquisa para verificar se houve alguma discrepância entre as despesas realizadas no quarto trimestre e na média dos três trimestres anteriores na execução, e nas Despesas empenhadas pagas no quarto trimestre e na média das despesas empenhadas pagas dos três trimestres anteriores foi realizado um teste estatístico teste t de amostra pareadas. Segundo Magalhães e de Lima (2008) o teste t consiste e verificar se existe uma diferença estatística entre as médias de um grupo com outro.

3.3. ANÁLISE DE REGRESSÃO

Conforme apresentado, a estratégia de *carry-over* na figura dos restos a pagar pode ser afetada pela estratégia de contingenciamento aplicada sobre as despesas discricionárias. Para constatar se a proporção contingenciada em relação ao orçamento está positivamente relacionada variação percentual dos restos a pagar inscritos dos Institutos Federais brasileiros. Foi utilizado o modelo de regressão com dados em painel, que permite estimações mais robustas, devido à maior variabilidade, menos colinearidade entre as variáveis, e consequentemente, mais grau de liberdade. Assim, dada a maior eficiência da estimação reconhecida por este modelo, ele identifica melhor os efeitos e características não observadas em modelos cujos dados são de corte transversal ou série temporal (Baltagi, 2005).

Para evitar problemas relacionados heterogeneidade e seleção amostral, os modelos com dados em painel são usualmente estimados usando três categorias diferentes: *pooled*, efeitos fixos; efeitos aleatórios. O primeiro descarta que pode haver efeitos fixos no tempo que não foram controlados, gerando endogeneidade pela correlação serial; o segundo, controla os efeitos das variáveis omitidas, que variam entre as unidades de *cross-section* e são constantes ao longo do tempo (Siqueira & Calegário, 2018); e o último, controla a diferenças entre as variáveis que é captada por um termo de erro aleatório, em vez de ser estimado com um parâmetro fixo (Siqueira & Calegário, 2018).

Para responder a hipótese H₃, a variável dependente do modelo de regressão é a variação percentual dos restos a pagar, as variáveis independentes são a proporção contingenciada em relação ao orçamento que foi medido pela divisão do valor contingenciado pelo orçamento, as despesas empenhadas no quarto trimestre, as despesas empenhadas pagas do quarto trimestre. Na sequência observa-se a relação das variáveis de controle com a variável explicada, para constatação de erros aleatórios.

Para testar a hipótese H₄ de que a proporção contingenciada em relação ao orçamento aumenta a probabilidade de os valores empenhados no quarto trimestre serem maiores que a médias das despesas empenhadas dos três trimestres, foi utilizado o modelo de regressão *Logit*. Segundo Cabral (2013) o modelo *Logit* a uma técnica estatística com a finalidade de moldar, a partir de um grupo de observações, evidenciando a relação logística que existe entre uma variável resposta dicotômica, atribuindo-se o valor 1 ao evento de interesse e 0 ao evento complementar e uma série de variáveis dependentes numéricas e ou categóricas. Para determinar se o a

proporção contingenciada em relação ao orçamento está positivamente relacionada ao montante inscrito em restos a pagar, apresenta-se abaixo, na Equação 1, o modelo empírico de regressão linear em painel, em que β_1 responde à H_3 .

$$VARIAC_RAP_{it} = \beta_0 + \beta_1 PROP_CONTING_{it} + \beta_2 DESP_EXEC4T_{it} + \beta_3 DESP_PAG4T_{it} + \sum \beta Controles_{it} + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

Em que $VARIAC_RAP_{it}$ representa a variação percentual dos restos a pagar (processados e não processados); $PROP_CONTING_{it}$ representa a proporção do valor contingenciado em relação ao orçamento a partir das despesas discricionárias, especificamente a ação 20RL; $DESP_EXEC4T_{it}$ representa as despesas empenhadas no quarto no quarto trimestre; $DESP_PAG4T_{it}$ representa as despesas empenhadas pagas no quarto trimestre; $\sum Controles_{it}$ representa o somatório das variáveis de Controles da Regressão, quais são: PIB_percapita; representa o Produto Interno Bruto dos estados em que estão localizados os IFs; RIM representa a Relação de Ingressantes por Matrículas; ALUN_TEC_ADM representa os técnicos administrativos dos IFs; FORM_GEST representa a formação de gestores é uma variável binária que recebe 1 se o gestor tiver formação administrativa ou correta e 0 caso contrário; e as regiões CO representa Centro Oeste; NE representa Nordeste; NO representa Norte; SE Sudeste e SU representa SUL, são variáveis dummies que indicam em que região do Brasil estão os IFs. e ε_{it} representa o termo de erro do modelo. Os sobrescritos i e t representam, respectivamente, os Institutos Federais e o ano na qual a variável foi avaliada.

Para determinar se a proporção contingenciada em relação ao orçamento aumenta a probabilidade de os valores empenhados no quarto trimestre serem

maiores que o montante empenhado nos três trimestres anterior, segue abaixo, na equação 2, o modelo empírico de regressão Logit, em que β_1 responde à H4.

$$EMPENHO_EXEC4t_{it} = \beta_0 + \beta_1 PROP_CONTING_{it} + \beta_2 DES_MED3TA_{it} + \sum \beta Controles_{it} + \varepsilon_{it} \quad (2)$$

Em que $EMPENHO_EXEC4t_{it}$ representa despesas empenhadas no quarto trimestre, variável dummy que recebe valor 1 caso o valor das despesas empenhadas no quarto trimestre seja menor e 0, caso contrário; $PROP_CONTING_{it}$ representa a proporção contingenciada em relação ao orçamento a partir das despesas discricionárias; DES_MED3TA_{it} representa a média das despesas empenhadas nos três trimestres anteriores; $\sum Controles_{it}$ representa as variáveis de Controles da Regressão, quais são: PIB_percapta representa Produto Interno Bruto dos estados em que estão localizados ao IFs; RIM representa a Relação de Ingressantes por Matrículas; ALUN_TEC_ADM representa os técnicos administrativos dos IFs; FORM_GEST representa a formação de gestores é uma variável binária que recebe 1 se o gestor tiver formação administrativa ou correta e 0 caso contrário e as regiões: CO – Centro Oeste; NE - Nordeste, NO - Norte, SE - Sudeste, SU - Sul, são variáveis dummies que indicam em que região do Brasil estão os IFs.

3.3.1 Definição de indicadores utilizados nos modelos de regressão

O indicador Relação de Ingressante por Matrícula – RIM foi utilizado na pesquisa como variável de controle foi pesquisado no Relatórios Anual de Indicadores de Gestão das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e tecnológica (SETEC 2015), está contemplado no Acórdão nº 2.257/2005-TC/Plenário.

O indicador de 2019 foi pesquisado na Plataforma Nilo Peçanha porque o Relatório Anual de Indicadores de Gestão das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica não estava disponível.

Por fim, as variáveis descritas acima, juntamente com o sinal esperado estão dispostos na Tabela 2 abaixo.

TABELA 2: DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS UTILIZADAS NOS MODELOS ECONÔMICOS

SIGLA	VARIÁVEL DEPENDENTE	DESCRIÇÃO	SINAL ESPERADO	FONTE	REFERÊNCIA
VARIAC_RAP	Variação anual de Restos a Pagar	representam a variação percentual dos restos a pagar (processados e não processados) em relação ao orçamento.		Siga Brasil	Aquino e Azevedo (2017), Alves (2011), Carvalho (2014) Alves (2011)
EMPENHO_EXEC4T	Empenhos Executados no quarto trimestre	Variável dummy que recebe valor 1 caso o valor das despesas empenhadas no quarto trimestre seja menor e 0, caso contrário.		Siga Brasil	
SIGLA	VARIÁVEL INDEPENDENTE	DESCRIÇÃO	SINAL ESPERADO	FONTE	LITERATURA
PROP_CONTING.	Proporção do valor contingenciamento em relação ao orçamento.	Proporção do valor contingenciado em relação ao orçamento a partir das despesas discricionárias, especificamente a ação 20RL	Positivo	Siga Brasil/IFI	
DESP_EXEC4T	Despesas executadas no quarto trimestre	Despesas empenhadas no quarto trimestre	Positivo	Siga Brasil	Alves (2011)
DESP_MED3TA	Despesas médias dos três trimestres anteriores	Média das despesas empenhadas nos três trimestres anteriores	Positivo	Siga Brasil	
DESP_PAG4T	Despesas pagas no quarto trimestre	Despesas empenhadas pagas no quarto trimestre	Negativo	Siga Brasil	
DESP-MED_PAG3TA	Despesas médias pagas nos três trimestres anteriores	Média das despesas empenhadas pagas nos três trimestres anteriores	Negativo	Siga Brasil	
SIGLA	VARIÁVEL DE CONTROLE	DESCRIÇÃO	SINAL ESPERADO	FONTE	LITERATURA
PIB_Percapta	Produto Interno Bruto percapta	Produto interno bruto dos estados em que estão localizados os Institutos Federais.	Positivo	IBGE	
RIM	Relação de ingressante por matrículas	Relação de ingressantes por matrículas do IF	Positivo	SETEC/ PLATAFORMA NILO PEÇANHA	

ALUN_TEC_ADM	Alunos matriculados dividido pela quantidade de técnicos administrativos	Relação de alunos matriculados por técnicos administrativos.	Positivo	Plataforma Nilo Peçanha e Relatório de Gestão 2015e 2016. Escavador.
FORM_GEST	Formação de gestores	Variável dummy que 1, se o gestor tiver formação em administração e correlata, e 0, caso contrário.	Positivo	

Fonte: Elaborado pela autora.

Capítulo 4

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nessa seção, foram apresentados os resultados da pesquisa. Em primeiro lugar foi exposta a estatística descritiva considerando as variáveis elencadas no estudo. Na sequência, a análise de correlação entre as variáveis. Em seguida apresentou-se o teste de média. O teste de média teve o objetivo de comparar se as despesas no quarto trimestre são superiores ou não a médias as despesas empenhadas nos três trimestres anteriores. O outro teste de média foi feito comparando se as despesas empenhadas pagas no quarto trimestre são maiores ou não que a média das despesas empenhadas pagas nos três trimestres anteriores, e os resultados do teste de média e das regressões estimadas. Na última parte apresentou-se os resultados da regressão Linear e da regressão *Logit*.

4.1. ESTATÍSTICA DESCRITIVA

Considerando os procedimentos metodológicos aplicados e os dados coletados foram apresentados na Tabela 3 as estatísticas descritivas das variáveis utilizadas nos modelos para os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

A Tabela 3 mostrou as estatísticas descritivas, gerais de todas as variáveis dispostas nos modelos.

TABELA 3: ESTATÍSTICA DESCRITIVA DAS VARIÁVEIS DOS IFS NO PERÍODO DE 2015 A 2019

Variável	Média	Desvio Padrão	Min	1º quartil	Mediana	3º quartil	Max
VARIAC_RAP	0,2082	0,7966	-0,7600	-0,3081	0,0537	0,33371	4.7454
PROP_CONTING	0,2771	0,0649	0,1770	0,2490	0,2770	0,3200	0,3680
DESP_EXEC4T.	90.673,72	41.807,01	13.598,35	62.241,27	80.895,01	110.696,20	251.704,10
DESP_MED3TA	97.362,80	48.421,97	14.898,08	63307.71	89.250,04	124.528,60	273.763,30
EMPENH_EXEC4T	0,30	0,4594	0	0	0	1	1
DESP-PAG4T	105.620,00	55.670,24	17.481,25	68.706,03	97.879,32	133.143,30	467.693,30
DESP-MED_PAG3TA	83,110,76	44.287,01	14.523,61	54.258,21	77.469,02	104.541,40	390.580,60
RESULT_PAGTO	0,9684	0,1753	0	1	1	1	1
PIB percapta	27.536,81	12.727,84	11.366,35	17.709,99	25.219.74	36.219,34	85.661,39
RIM	0,3633	0,1140	0,1614	0,2933	0,3405	0,4088	1
ALUN_TEC_ADM	27,6775	14,0826	2,6625	20,1979	26,5112	31,5767	149,2213
FORM_GEST	0,1684	0,3752	0	0	0	0	1

Fonte: Elaborado pela autora.

Nota: Descrições das variáveis: **PIB_percapta** – Produto Interno Bruto per capita; **DESP_EXEC4T** – Despesas Empenhadas no Quarto Trimestre; **DESP_MED3TA** –Despesas Médias Empenhadas nos Três Trimestres Anteriores; **EMPENH_EXEC4t** – Empenhos Executados no Quarto Trimestre; **DESP_PAG4T** – Despesas empenhadas Pagas no Quarto Trimestre; **DESP_MED_PAG3TA** – Despesas Médias Empenhadas Pagas nos Três Trimestres Anteriores; **RESULT_PAGTO** – Resultado Pagamento; **PROP_CONTING** – representam a proporção contingenciada em relação ao orçamento; **VARIAC_RAP** representam a variação percentual o dos restos a pagar (processados e não processados); **RIM – Relação de Ingressante por Matrícula**; **ALUN_TEC_ADM** – representa a proporção dos técnicos administrativos e do **FORM_GEST** – representa a formação dos gestores.

Com base nos resultados apresentados na Tabela 3, verificou-se valor médio da variação percentual dos restos a pagar (processados e não processados) nos Institutos Federais foi de 20,82%. Além disso, observou-se que o valor mínimo da variação percentual dos restos a pagar foi de -76%, no IF Minas Gerais em 2015, significa que IF de Minas Gerais inscreveu em pagar em 2015 uma variação percentual de menos 76% em relação ao ano anterior e o valor máximo dessa variação percentual dos restos a pagar foi de 474,54%, no IF Goiás em 2019. Indicando que o Goiás inscreveu em restos a pagar uma variação percentual de 474,54% maior que o ano anterior. Observou-se o valor médio da variável empenhos executados no quarto trimestre foi de 30% nos Institutos Federais que evidenciando que as despesas empenhadas no quarto trimestre foram menores que a média das despesas empenhadas nos três trimestres anteriores no período analisado.

A variável resultado de pagamento, uma dummy, observou-se o valor médio de 96,84% dos Institutos Federais apresentaram o resultado do pagamento do quarto trimestre maior que a médias das despesas empenhadas pagas nos três trimestres anteriores. A variável proporção do contingenciamento em relação ao orçamento verificou-se que o valor médio foi de 27,71% do orçamento. Observou-se também que o valor mínimo foi de 17,70% de todos o IFs em 2016 e o valor máximo foi de 36,80% de todos os IFs em 2015 registrando a maior proporção de contingenciamento no período analisado.

Observou-se que o valor médio do Produto Interno Bruto percapita nas capitais onde os Institutos Federais estão localizados foi de R\$ 27.536,31, o valor mínimo foi de R\$ 11.366,35, do IF Maranhão em 2015, e o valor máximo foi de R\$ 85.661,39, do IF Brasília 2018.

Constatou-se que a média dos alunos matriculados pelos técnicos administrativos nos IFs foi de 27 alunos para um técnico administrativo. O valor mínimo foi de 2,66 alunos por técnico administrativo no IF Tocantins em 2017 e o valor máximo foi de 149,22 alunos por técnico administrativo, no IF Paraná em 2015.

Por fim, verificou-se que apenas 16,84% dos IFs possuem gestores com formação em área administrativas e correlata. Esse baixo índice pode demonstrar que formação de gestores em área administrativa pode gerar ineficiências na execução das despesas no final do exercício impactando na variação dos restos a pagar.

4.2. ANÁLISE DA CORRELAÇÃO ENTRE AS VARIÁVEIS DAS REGRESSÕES

Na Tabela 4 foram apresentados os resultados da matriz de correlação de Pearson, das variáveis utilizadas nos modelos das regressões na pesquisa.

Analisando-se os dados da matriz de correlação, constatou-se uma correlação negativa de -0,1987, com 1% de significância entre a variável variação percentual de restos a pagar e a variável proporção contingenciada em relação ao orçamento relação, isso quer dizer que que a relação é inversamente proporcional, quanto menor é a variação percentual dos restos a pagar maior é a proporção de contingenciamento.

Observou-se que a variável variação dos restos a pagar apresentou uma correlação positiva de 0,2812, significativa em 1%, com a variável despesas empenhadas no quarto trimestre. Essa relação indica que o aumento da variação de restos a pagar aumenta as despesas empenhadas no quarto trimestre. Também foi observado que a variável variação dos restos a pagar apresentou uma correlação positiva de 0,1608, com 5% de significância, com a variável despesas empenhadas

pagas no quarto trimestre. Essa relação indica que o aumento da variação dos restos a pagar aumenta as despesas empenhadas pagas no quarto trimestre.

A variável proporção do contingenciamento apresentou correlação negativa de -0,2400, significativa a 1% com as variáveis despesas executadas no quarto trimestre. Essa relação indica que a redução da proporção do contingenciamento aumenta a variável despesas executadas no quarto trimestre.

TABELA 4: MATRIZ DE CORRELAÇÃO ENTRE DAS VARIÁVEIS

VARIÁVEIS	ARIAC_RA P	PROP_CONT ING	DESP_EXE C4T	DESP_ PAG4T	EMPENHO_EX EC4T	DESP_MED 3TA	PIB_PERCA PTA	RIM	ALUN_TEC_ ADM	FORM_GE ST
VARIAC_RAP	1									
PROP_CONTING	-0,1987***	1								
DESP_EXEC4T	0,2812***	-0,2400***	1							
DESP_PAG4T	0,1608**	-0,1305*	0,8031***	1						
EMPENHO_EX EC4T	-0,1138	0,2006***	-0,2209***	0,2642* **	1					
DESP_MED3TA	0,1831**	-0,0300	0,7017***	0,9281* **	0,3770***	1				
PIB_PERCAPT	0,0429	0,0194	0,0544	0,0957	0,1001	0,0351	1			
RIM	0,1247*	-0,0663	-0,0215	-0,0186	0,0256	-0,0399	0,3794***	1	1	
ALUN_TEC_ADM	-0,0111	-0,0179	0,2489***	0,2544* **	-0,0088	0,1960***	0,1306	0,0908 - 0,1811 **	0,0684	1
FORM_GEST	0,0199	0,0304	-0,0777	-0,0449	0,0737	-0,0188	0,0357			

Fonte: Elaborado pela autora.

Nota 1: ***, ** e * estatisticamente significantes ao nível de 1%, 5% e 10%, respectivamente.

Nota 2: Descrições das variáveis: **VARIAC_RAP** – Variação dos Restos a Pagar (processados e não processados); **PROP_CONTING** – proporção contingenciada em relação ao orçamento; **DESP_EXEC4T** – despesas empenhadas no quarto trimestre; **DESP_PAG4T** – despesas executadas no quarto trimestre; **EMPENHO_EXEC4T** – empenhos executados no quarto trimestre; **DESP_MED3TA** – despesas médias empenhadas nos três trimestres anteriores; **PIB_percapta** – Produto Interno Bruto per capita; **RIM** – Relação de Ingressante por Matrícula; **ALUN_TEC_ADM** representa alunos matriculados dividido pela quantidade de técnicos administrativos e **FORM_GEST** – representa a formação de gestores.

Também foi observado que a variável proporção contingenciamento apresentou correlação positiva de 0,2006, significativa em 1% com a variável empenhos executados no quarto trimestre, confirmando a hipótese H4 de que a proporção do valor contingenciado aumenta a probabilidade de os valores empenhados no quarto trimestre serem menores que o montante empenhado nos três trimestres anteriores.

Observou-se que a variável despesas executadas no quarto trimestre apresentou uma correlação positiva de 0,8031, com 1% de significância com a variável despesas pagas no quarto trimestre. Observou-se também as despesas executadas no quarto trimestre apresentou uma correlação positiva de 0,7017, com 1% de significância com a variável despesas médias empenhadas nos três trimestres anterior, evidenciando que o aumento das despesas executadas no quarto trimestre aumenta as despesas médias empenhadas nos três trimestres anteriores.

Observou-se que a variável empenhos executados no quarto trimestre apresentou uma correlação positiva de 0,3770, significativa a 1% com a variável despesas empenhadas nos três trimestres anteriores. Essa relação indica que o aumento da variável empenhos executados no quarto trimestre aumenta a variável despesas empenhadas nos três trimestres.

Por fim, foi observado que a variável despesas empenhadas nos três trimestres anteriores apresentou uma correlação positiva de 0,1960, significativa a 1% com a variável alunos matriculados por técnico administrativos. Essa relação indica que o aumento da variável despesas empenhadas nos três trimestres anteriores aumenta a variável alunos matriculados por técnicos administrativos.

4.3. TESTE *T* PARA AMOSTRAS PAREADAS

O teste de média evidencia se os grupos são diferentes ou não. O teste de média *t* pareado foi realizado para verificar se na hipótese 1: O montante empenhado das despesas do quarto trimestre é superior ao montante médio dos três trimestres anteriores, e na hipótese 2, se o montante pago das despesas empenhadas do quarto trimestre é superior ao montante médio pago das despesas dos três trimestres anteriores. Essa análise foi para verificar se devido a liberação do orçamentário que foi contingenciado no início do exercício, e em detrimento do princípio da anualidade, se empenha e se paga mais no quarto trimestre do que em relação aos montantes médios empenhados e pago dos três trimestres anteriores (Alves, 2011).

Em seguida foram apresentados os resultados nas Tabelas 5 e 6.

TABELA 5: TESTE DE MÉDIA *T* PAREADO - HIPÓTESE 1.

VARIÁVEIS	MÉDIA	DESVIO PADRÃO
DESP-EXEC4T	90.673,72	41.807.01
DESP_MED3TA	97.362,8	48.421.97
DIFERENÇA	-6.689.077	36.615,06
Pr ($T < t$) = 0.0063	Pr ($ T > t $) = 0.0126	Pr ($T > t$) = 0.9937

Fonte: Elaborado pela autora.

Nota: Descrição das Variáveis: DESP_EXEC4T – Despesas Empenhadas no quarto trimestre e DESP_MED3T – Despesas Médias empenhadas nos três Trimestres Anteriores

Conforme os resultados apresentados na Tabela 5, observou-se que com 5% de significância, a despesas empenhadas no quarto trimestre foram em média diferentes das despesas médias empenhadas nos três trimestres anteriores, nesse caso não rejeita a hipótese nula. Significando que as despesas empenhadas no quarto trimestre foram menores do que média das despesas nos três trimestres anteriores. Nesse caso a hipótese 1 desta pesquisa não se confirmou, isto é, que devido a liberação do valor contingenciado no quarto o valor empenhado no quarto trimestre fosse superior ao valor médio das despesas empenhadas nos três trimestres

anteriores. O resultado apresentado não corrobora com o estudo de Alves (2011), que constatou uma concentração de empenhos discricionários no último trimestre dos exercícios na esfera dos três poderes e do Ministério Público da União.

TABELA 6: TESTE DE MÉDIA T PAREADO – HIPÓTESE 2.

VARIÁVEIS	MÉDIA	DESVIO PADRÃO
DESP_PAG4T	105.620	55.670,24
DESP_MED_PAG3TA	83.110,76	44.287,01
DIFERENÇA	22.509,27	17.367,83
Pr (T < t) = 1.0000	Pr (T > t) = 0.0000	Pr (T > t) = 0.0000

Fonte: Elaborada pela autora

Nota: Descrição das Variáveis: DESP_PAG4t – Despesas Empenhadas Pagas no Quarto Trimestre; e DESP_MED_PAG3TA – Despesas Médias empenhadas Pagas nos três Trimestres Anteriores

Conforme os resultados apresentados na Tabela 6, verificou-se que com 1% de significância, as despesas empenhadas pagas no quarto trimestre são diferentes das médias das despesas empenhadas pagas nos três trimestres anteriores significando que as despesas pagas no quarto trimestre são maiores do que a média das despesas pagas nos três trimestres anteriores. Então rejeita a hipótese nula. Nesse caso a hipótese 2 se confirmou. Isso aconteceu porque com a liberação do valor que foi contingenciado da dotação orçamentária foi liberado também a execução financeira para se pagar o que já havia sido informado para pagamento (ou seja o que já havia sido liquidado).

4.4. ANÁLISE DOS RESULTADOS DAS REGRESSÕES

Nesta seção foram apresentadas as estimações dos modelos econométricos propostos. Buscando diminuir a influência de *outliers* na análise. As variáveis PIB_percapita, DESP_EXEC4T, DESP_PAG4T, RIM foram analisadas a partir dos seus valores em logaritmo. Além disso, as variáveis utilizadas na estimação foram winsorizadas a 1%.

Para os verificar a normalidade dos resíduos foi realizado o teste Jarque-Bera: 890,6 (Sig = 0,0000). E para verificar a normalidade dos resíduos da regressão *Logit* foi realizado o sktest: 22,46 (Sig = 0,0000).

Foi realizado o teste F de chow para verificar se há igualdade de interceptos e inclinações para todos os institutos $F = 0.86$ (Sig. $F = 0,6893$). Então não rejeitamos que há igualdade de interceptos e inclinações para todos os institutos. Para verificar se os efeitos individuais entre os institutos são aleatórios, foi realizado o teste de Hausman: $\chi^2 = 15,22$ (Sig. $\chi^2 = 0.2297$), logo, não foi possível refutar que os efeitos individuais são aleatórios para cada instituto, como não foi possível refutar que o modelo de efeitos aleatórios ofereceu estimativas dos parâmetros mais consistentes foi utilizado o estimador de efeitos fixos.

Foi realizado também o teste de White para verificar a heteroscedasticidade da regressão linear 124,13 (Sig = 0,0068), ou seja refutamos a hipótese de heteroscedasticidade nos resíduos. Para a regressão *Logit* o mesmo teste indicou 88,79 (Sig = 0,1156).

Na Tabela 7 e 8, considerando os modelos apresentados no capítulo 3, foram apresentados os resultados dos modelos das regressões estimadas. Para cada tabela foram apresentados os resultados das regressões.

TABELA 7: RESULTADOS DA REGRESSÃO LINEAR COM DADOS EM PAINEL

VARIAC_RAP	EFEITO FIXO	
	COEFICIENTE	DESVIO PADRÃO
PROP_CONTING	1,0267***	0,3240.
DESP_EXEC4T	0,1570	0,1251
DESP_PAG4T	-0,1744	0,1509
PIB_Percapta	-0,1052	0,1110
RIM	-0,2623	0,1705

ALUN_TEC_ADM	-0,0019*	0,0010
FORM_GEST	-0,0629	0,7950
Observações = 152, F (14, 37) = 23,74, Prob: F = 0,0000, R –Squared = 0,2060, Média VIF 6,74		

Modelo 1: $VARIAC_RAP_{it} = \beta_0 + \beta_1 PROP_CONTING_{it} + \beta_2 DESP_EXEC4T_{it} + \beta_3 DESP_PAG4T_{it} + \Sigma Controles_{it} + \varepsilon_{it}$

Nota: *** significativo a 1%, ** significativo a 5% e significativo a 10%

Nota: Controlado por ano e região.

Fonte: Elaborados pela autora.

Nota 2: Descrições das variáveis: **VARIAC_RAP** – variação de restos a pagar (processados e não processados) é variável dependente; **PROP_CONTING** – proporção do valor contingenciado (valor contingenciado dividido pelo orçamento), **DESP_EXEC4T** – despesas empenhadas no quarto trimestre; **DESP_PAG4T** – despesas empenhadas pagas no quarto trimestre; **PIB_percapta** – Produto Interno Bruto per capita; **RIM – Relação de Ingressante por Matrícula**; **ALUN_TEC_ADM** representa alunos matriculados dividido pela quantidade de técnicos administrativos e **FORM_GEST** – formação de gestores.

A partir da Tabela 7, observou-se efeito positivo e significativo a 1% de significância da variável proporção contingenciada em relação ao orçamento. O resultado 1,0267 implica que o aumento da variável proporção contingenciada em relação ao orçamento eleva a variável variação percentual dos restos a pagar entre os anos. Este por sua vez pode aumentar o endividamento, menor transparência e credibilidade orçamentária (Aquino & Azevedo, 2017). Ratificando assim, a H3 de que a proporção contingenciada em relação ao orçamento afeta positivamente a variação percentual dos restos a pagar inscritos dos Institutos Federais brasileiros. Este resultado corrobora com o trabalho de Furiati (2011), que destacou que o contingenciamento tem relação com os Restos a Pagar.

Ainda na Tabela 7, os resultados também indicam um efeito negativo e significativo a 10% de significância da variável alunos matriculados por técnicos administrativos. O resultado -0,0019 implica que a diminuição da variável alunos matriculados por técnicos administrativos eleva a variável variação percentual restos a pagar inscritos entre os anos.

As variáveis despesas executadas no quarto trimestre, despesas empenhadas pagas no quarto trimestre, Produto Interno Bruto per capita, relação de ingressante por matrícula e formação de gestores não apresentaram valores significativos.

Observou-se que o contingenciamento do orçamento imposto aos IFs tem influenciado positivamente a inscrição em Restos a Pagar (processado e não processados). Deve-se observar que a liberação tardia do orçamento no final do exercício tem como resultado, o tempo escasso para a execução do orçamento (Alves, 2011).

TABELA 8: RESULTADOS DAS REGRESSÕES LOGÍSTICA COM DADOS EM PAINEL

EMPENHO_EXEC_4T	LOGIT	
	COEFICIENTE	DESVIO PADRÃO
PROP_CONTING	45,8646***	7,9471
DESP_MED3TA	3,1479***	0,9084
PIB_percapta	0,6673	2,2530
RIM	-1,3370	1,0333
ALUN_TEC_ADM	-0,0733**	0,3274
FORM_GEST	0,9659	0,8930

Observações = 152, Wald χ^2 (13) = 152,93, Prob > χ^2 = 0,0000, Pseudo R² = 0,4770, VIF = 6,80.

Modelo 2: $Empemh_Exec4tit = \beta_0 + \beta_1 PROP_CONTINGit + \beta_2 DESP_MED3TAit + \sum Controlesit + \varepsilon it$

Nota 1: *** significativo a 1%; ** significativo a 5% e * significativo a 10%

Nota 2: Controlado por ano e região.

Fonte: Dados da pesquisa adaptados pela autora.

Nota 3: Descrições das variáveis: **EMPENHO_EXEC4T** – empenhadas executados no quarto trimestre - variável binária (dummy, vale 1 se for menor e 0, casos contrário); **PROP_CONTING** – proporção contingenciada em relação ao orçamento; **DESP_MED3TA** – Despesas Média Empenhadas nos Trimestres Anteriores;; **PIB_percapta** – Produto Interno Bruto per capita; **RIM**– **Relação de Ingressante por Matrícula**; **ALUN_TEC_ADM** representa alunos matriculados dividido pela quantidade de técnicos administrativos e **FORM_GEST** – é uma variável dummy que vale 1 se o gestor tiver formação administrativa correlata e 0, caso contrário.

De acordo com a Tabela 8, os resultados indicaram que, com 1% de significância, a proporção contingenciada em relação ao orçamento afetou positivamente a variável empenhos executados no quarto trimestre, em relação a

comparação das despesas empenhadas no quarto trimestre e nas despesas médias empenhadas nos três trimestres anteriores. Assim, observou-se que um aumento na variável proporção contingenciada em relação ao orçamento elevou, conforme o modelo, a probabilidade de o Instituto Federal apresentar valores empenhados no quarto trimestre menores que as despesas médias empenhadas nos três trimestres anteriores.

Notadamente a hipótese quatro: a proporção contingenciada aumenta a probabilidade de os valores empenhados no quarto trimestre serem menores que as despesas médias empenhadas nos três trimestres anteriores, se confirmou. Este resultado não corroborou com o trabalho de Alves (2011), que destacou que a pressa para se gastar no final do exercício gera uma quantidade alta de empenhos no último trimestre que não sendo pago até o 31 de dezembro são inscritos em restos a pagar. Notadamente, inferiu-se que com 1% de significância, a proporção contingenciada em relação ao orçamento afetou os empenhos executados no quarto trimestre.

Na sequência, observou-se efeito positivo e significativo a 5% de significância na variável despesas média empenhadas nos três trimestres anteriores e na variável empenhos executados no quarto trimestre. Assim, um aumento nas despesas médias empenhadas nos três trimestres anteriores, elevou, conforme o modelo, a probabilidade de o Instituto Federal apresentar valores empenhados no quarto trimestre menores que as despesas médias empenhadas nos três trimestres anteriores.

Observou-se que a variável alunos matriculados por técnicos administrativos tem efeito negativo e significativo a 5% de significância na variável despesas empenhadas no quarto trimestre. Logo, uma redução na variável dos alunos

matriculados por técnicos administrativos elevou, conforme o modelo, a probabilidade de o instituto Federal apresentar valores empenhados no quarto trimestre menores do que as despesas médias empenhadas nos três trimestres anteriores.

Em síntese, as ideias levantadas na pesquisa, foram as seguintes: em relação ao teste de média foi constatado que as despesas empenhadas no quarto trimestre foram menores do que a média das despesas empenhadas nos três trimestres anteriores. Observou-se também que as despesas empenhadas pagas no quarto trimestre foram maiores do que a média das despesas empenhadas pagas nos três trimestres anteriores. Logo, os grupos são diferentes.

O aumento da proporção contingenciada em relação ao orçamento levou ao crescimento da variável variação percentual dos restos a pagar inscritos entre os anos, ou seja, o orçamento contingenciado no início do exercício, após ser liberado para ser executado até o término do exercício, gera uma corrida desenfreada devido à escassez de tempo para executá-lo. Gerando uma grande quantidade de empenhos emitidos no final do exercício, os quais não sendo pagos até o dia 31 de dezembro são inscritos em restos a pagar.

A proporção contingenciada em relação ao orçamento aumenta a probabilidade de os valores empenhados no quarto trimestre serem menores que a média das despesas empenhadas nos três trimestres anteriores. Validando dessa forma a hipótese 4 se confirma: a proporção do contingenciamento aumenta a probabilidade de os valores empenhados no quarto trimestre serem menores que as despesas médias empenhadas nos três trimestres anteriores. Observou-se que as despesas médias empenhadas nos três trimestres anteriores apresentaram efeito positivo, o aumento dessa variável, conforme o modelo, eleva a probabilidade de os Institutos

Federais apresentarem valores empenhados no quarto trimestre menores que as despesas médias empenhadas nos três trimestres anteriores. O contingenciamento possibilita ao governo federal emitir decretos de contingenciamento para conter os gastos públicos e assim, cumprir as metas fiscais (Galhardo et al., 2013).

Capítulo 5

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da presente pesquisa foi analisar a relação entre a estratégia de contingenciamento e a estratégia de *carry-over* nos IFs, no período de 2015 a 2019. Para atingir o objetivo proposto nesta pesquisa, foram aplicados o teste de média. Os modelos econométricos regressão linear e regressão *Logit*.

Com base nos resultados estimados, concluiu-se que existe uma diferença entre os valores médios das despesas empenhadas no quarto trimestre e a média das despesas empenhadas nos três trimestres anteriores; e entre as despesas empenhadas pagas no quarto trimestre e na média das despesas empenhadas pagas nos três trimestres anteriores. Logo, as despesas empenhadas no quarto trimestre foram menores do que a média das despesas empenhadas nos três trimestres anteriores, a hipótese 1 não confirmou. No entanto, ficou evidenciado que as despesas empenhadas pagas no quarto trimestres foram maiores que a média das despesas empenhadas pagas nos três trimestres anteriores, confirmando assim a hipótese 2. Significando que quanto maior o volume de pagamentos das despesas empenhadas antes do término do exercício, menor será o volume de valores inscrito em restos a pagar.

Foi constatado que a proporção contingenciada em relação ao orçamento afetou positivamente a variação percentual dos restos a pagar inscritos entre os anos. Este por sua vez pode aumentar o endividamento, pode gerar uma menor transparência e credibilidade orçamentária. Verificou-se também, que a proporção contingenciada em relação ao orçamento aumenta a probabilidade de os valores

empenhados no quarto trimestre serem menores que a média das despesas empenhadas nos três trimestres anteriores. Essa possibilidade pode reduzir o volume de empenhos realizado no final do ano.

Quanto as contribuições acadêmicas a partir dos resultados deste estudo possam servir de referência para definição de políticas que possam auxiliar os gestores públicos e técnicos administrativos no planejamento, na execução orçamentária e financeira dos gastos públicos para melhorar a eficiência e eficácia na execução das despesas públicas, evitando dessa forma aquisições desnecessárias só para gastar o orçamento.

O desenvolvimento do estudo teve como fatores limitantes informações incompletas para todos os Institutos Federais de Ensino da amostra para o período analisado, o que ocasionou redução no número final de Observações de 190 para 152. Outra limitação diz respeito a abordagem da literatura internacional sobre o tema orçamento público, mais especificamente no que se refere a restos a pagar (dispositivo aplicado no Brasil) e carry-over.

Considerando que o número de estudos sobre contingenciamento do orçamento e inscrição em restos a pagar via carry-over é pequeno, sugere-se para estudos posteriores, a continuidade dessa linha de pesquisa, abordando novas variáveis.

REFERÊNCIAS

- Alves, G. H. T (2015). O orçamento federal entre a realidade e a ficção: um desafio à transparência da despesa pública no Brasil. Brasília. *Revista da Contabilidade Geral da União*.
- Alves, P. D. (2011) Carry-over: A flexibilização do princípio da anualidade orçamentária como indutora da qualidade do gasto público e da transparência fiscal. *Finanças Públicas – XVI Prêmio Tesouro Nacional*.
- Almeida, L. C. (2016) O contingenciamento orçamentário e os efeitos deste na gestão da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais: uma análise da execução orçamentária da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais nos exercícios financeiros de 2013, 2014 e 2015. Monografia (Programa de Especialização em Administração Pública) – Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Fundação João Pinheiro. 69 p.
- Aquino, A. C. B., & Azevedo, R. R. (2017). Restos a pagar e a perda da credibilidade orçamentária. *Revista de Administração Pública*, 51(4), 580-595. DOI: <http://dx.doi.org/10.590/0034-7612163584>.
- Baltagi, B. H. (2005). *Econometric Analysis of panel Data* (3ard. ed. (. England: John Wiley & Sons.
- Brasil (2019) Ministério da Economia, Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Acesso em: <http://www.planejamento.gov.br/> (dezembro/2019).
- BRASIL Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964: estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Acesso em: <http://www.planejamento.gov.br/> (novembro/2020).
- Cabral, C. I. S. (2013). Aplicação do modelo de regressão logística num estudo de mercado. Lisboa.
- Camargo, A. M. (2014). Casuísmo dos restos a pagar uma análise legalista e doutrinária. *Revista de Ciências Gerenciais*, 18, 27, 53-60.
- Carvalho, M. B. (2014) Restos a pagar e a anualidade orçamentária. Monografia (especialização) Curso de Orçamento Público, Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor); Controladoria-Geral da União, Secretaria de Controle Interno (SFC); Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Orçamento Federal (SOF); Senado Federal; Universidade do legislativo (Unilegis); Tribunal de Contas da União, Instituto Serzedello Corrêa (ISC).

- Coelho, G. N., Santana, G. M., Fey, V. A., & Santos, E. A. (2019). Gestão de resto a pagar: Estudo de caso dos resultados alcançados pela UFSC no período de 2011 a 2016. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, v. 18, 1-16, ISSN 2237-7662, DOI: 10.16930/2237-766220192738 Decreto n. 7.313, de 22 de setembro de 2010. Dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/D7313.htm
- Decreto nº 9.428, de 28 de junho de 2018. (2018, 29 de junho). Altera o Decreto nº 93.872, de dezembro de 1986, para dispor despesas inscritas em restos a pagar não processadas. *Diário Oficial da União*. Brasília/DF. Di Francesco, M., & Alford, J. (2016). Budget rules and flexibility in the public sector: towards a taxonomy. *Financial Accountability & Management*, 32(2), 0267-4424. <https://doi.org/10.1111/faam.12087>.
- Douglas, James W. and Franklin, Aimee L., Putting the Brakes on the Rush to Spend Down End-of-Year Balances: Carryover Money in Oklahoma State Agencies. *Public Budgeting & Finance*, Vol. 26, No. 3, pp. 46-64, September 2006. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=924451> or <http://dx.doi.org/10.1111/j.1540-5850.2006.00854.x>.
- Feijó, P. H., Pinto, L. F. & Mota, F. G. L. (2008) Curso de Siafi: Uma abordagem prática da Execução Orçamentária e Financeira (2ª ed.). Brasília: Cidade Gráfica e Editora Ltda.
- Ferry, L., & Eckersley, P. (2012) Budgeting and governing for deficit reduction in the UK public sector: act 2 “the annual budget”. *Public Money & Management March*. <https://dx.doi.org/10.1080/09540962.2012.656017>.
- Fortes, J. B. S. P. (2011) Contabilidade Pública. (10ª ed.). Brasília. Franco & Forte Ltda.
- Furiati, A. A (2011). Restos a pagar e o “orçamento paralelo. Brasília: UnB.
- Galhardo, J. A. G., Parisi, C., Pereira, A. C., & Silva A. F. (2013) Reflexos do contingenciamento orçamentário e financeiro da União sobre a gestão das unidades gestoras. *Contabilidade Vista & Revista*, vol. 24, núm. 24, outubro, pp. 51-75
- Giacomoni, J (2012) Orçamento Público (16º ed.). São Paulo. Atlas.
- Gil, A. C., Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- Hyndman, N., Jones, R., & Pendlebury, M. (2007). An Exploratory Study of Annuality in the UK Public Sector: plus ça change, plus c'est la même chose? *Financial Accountability & Management*, 23 (2), 215-237. <https://doi.org/10.1111/j.1468-0408.2007.00426.x>.

- Liebman, J. B., & Mahoney (2017). Do expiring budgets lead to wasteful year-end spending? Evidence from Federal procurement. *American Economic Review*, 107(11), 3510-3549. Doi:10.1257/era.20131296.
- Lienert, I., & Ljungman, G. (2009) Carry-over of budget authority International Monetary Fund,
- Luna. G. F. (2018). Decifrando os “restos a pagar” na dinâmica orçamentária da Fiocruz. (Dissertação de mestrado). Fundação Getúlio Vargas. Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas. Rio de Janeiro, RJ,
- Magalhães, M. e de Lima, A. (2008). Noções de Probabilidade e Estatística (6a Edição Revista e Ampliada) Vol. 40. Edusp.
- Mattar, F. N. (2001) Pesquisa de marketing. São Paulo: Atlas, 275 p. Edição compacta.
- MPOG (2015) - Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. Evolução das despesas discricionárias da União. <https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/apresentacoes/planejamento/apresentacoes-2015/evolucao-das-despesas-discricionarias-da-uniao.pdf/view>.
- Pacheco, E. M., Pereira, L. A. C., & Sobrinho M. D. (2010) Institutos federais de educação, ciência e tecnologia: limites e possibilidade. *Linhas Críticas Brasília*, DF, v. 16, n. 30, p. 71-88, jan/jun/.2010. ISSN 1516-4896.
- Parisi, C., Galhardo, J. A. G., Pereira, A. C., & Silva, A. F. (2011). Presença potencial do contingenciamento da União nos artifícios adotados pelos gestores das UG's. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*. ISSN 1806-1892.
- Peres, J. G., Braga, L. N. P., & Raupp, F. M. (2019) Despesas discricionárias de custeio: uma análise das destinações dos gastos do IBGE. *Rev. Controle*, Fortaleza, 17, 2, 238-258, jul./dez. 2019.
- Plataforma Nilo Peçanha.mec.gov.br.
- Prodanov, C. C., Freitas, E. C. (2013) Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico. 2 ed. Novo Hamburgo FEEVALE.
- Relatório Anual de Análise dos Indicadores de Gestão das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica produzido pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação (MEC).
- IFI – Instituto Fiscal Independente (2017). RAF – Relatório de Acompanhamento Fiscal. Maio. Nº 4.
https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529613/RAF_maio17_compl_eto.pdf?sequence=8.
- Silva, A. S. (2013) Comparação entre professores e profissionais de outras aéreas em relação ao uso da voz – uma análise estatística. Projeto final de curso. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

- Siqueira, L. C. & Calegário, C. L. L. (2018). Efeitos do Sistema de Inovação no Desempenho Exportador dos Municípios de Minas Gerais, *Revista Ibero Americana de Estratégia – RIAE*. 17(3). 41-60. DOI: 10.5585/ijsm. V17i3.2572.
- Vasconcelos, C. C. C. (2018) Os Impactos financeiros dos restos a pagar na execução orçamentária e financeira das IFES da Região Centro-Oeste no período de 2008 a 2016. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Administração Pública – PROFIAP da Universidade Federal de Goiás. 111 f.